

[contextual]

A REVISTA ONLINE DA ASSP SOBRE EDUCAÇÃO

Bibliotecas Úteis, Próximas e Humanas

“A diversidade de oferta e a humanização dos serviços pode trazer novamente a Biblioteca ao centro da vivência comunitária”

ENTREVISTA
Carlos Fiolhais

“A actividade da maioria das empresas assenta hoje, de uma forma ou de outra, na ciência e na tecnologia.”

A ESCOLA PÚBLICA, 50 ANOS DEPOIS DA LIBERDADE, EM DEMOCRACIA.

“A falta de professores é uma realidade por demais conhecida e todos sabemos porquê: a profissão não agrada a ninguém.”

Os Desafios da Investigação em Portugal

“Sem a atribuição de bolsas e prémios, inúmeros investigadores são atirados para a precariedade extrema”



CENTRO DE FORMAÇÃO ASSP

**Capacitação
Digital**

Inclusão

**Didáticas
da Docência**

Avaliação

 218 246 020
 CFAMM@ASSP.PT
 WWW.CFAMM.ASSP.PT

LARGO DO MONTE N° 1
1170-253 LISBOA
PORTUGAL

O caminho faz-se caminhando

Ana Maria Morais

Presidente da Direção Nacional da ASSP

Em Maio de 2024 abraçámos na ASSP um novo Projecto consubstanciado numa Revista sobre Educação destinada aos Professores em geral e aos nossos Associados em particular.

Foi um sonho tornado realidade que galvanizou a equipa directiva da ASSP e possibilitou que nas páginas da Contextual colaborassem nomes de prestígio do nosso mundo intelectual e da educação, como os Professores Laborinho Lúcio e Domingos Fernandes, e a Professora Maria Emília Brederode Santos, entre outros.

Surgiu agora ao momento de dar continuidade ao nosso Projecto com a edição do número um ao qual procurámos dar tanta qualidade e actualidade como o número zero de lançamento.

O nosso foco neste número um continuam a ser os Professores e os nosso associados. Foi neles que pensámos quando convidámos o Professor Carlos Fiolhais que com a sua gentil disponibilidade nos concedeu uma importante entrevista que reflecte o actual momento que a educação vive, os desafios que se lhe colocam, bem como as expectativas que a Ciência e a Tecnologia trazem ao Mundo.

Abrimos também as páginas deste número da Contextual aos estudantes e às suas Associações, convidando Vitor Fernandes, dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa a uma reflexão sobre os Desafios da Investigação em Portugal.

Ler este número da Contextual é também ter conhecimento do projecto “Vamos salvar os moinhos do rio Degebe”, um exemplo de património cultural situado no distrito de Évora e que actualmente recebe as atenções de diferentes entidades, públicas e privadas, no sentido da sua divulgação e preservação.

O Professor Galopim de Carvalho traz-nos uma importante reflexão sobre a Escola Pública 50 anos depois da liberdade, em Democracia.

Demostambém a palavra aos Agrupamentos, com um texto do Professor Mário Gomes e ao Projecto das bibliotecas Úteis, Próximas e Humanas, através da experiência do Professor Nuno Marçal.

Concretizado este número um da Contextual pensamos já na edição do próximo número deste Projecto. Contamos com os vossos comentários e contributos que, seguramente, enriquecerão muito esta nossa e vossa Revista sobre Educação, a Contextual. ■

Ficha Técnica

DIRETORA

Ana Maria Morais

DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Largo do Monte n.º 1 - 1170-253 Lisboa

Tel. 218 155 466 | Fax 218 126 840

info@assp.pt | www.assp.pt

PROPRIEDADE

Associação de Solidariedade Social dos Professores

COORDENAÇÃO EDITORIAL

ASSP Comunicação

CONCEÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO

Sandro Costa

REDAÇÃO

Largo do Monte n.º 1 -1170-253 Lisboa

assp.comunicacao@gmail.com

PUBLICAÇÃO DIGITAL SEMESTRAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

NOTA

A não adoção do Novo Acordo Ortográfico é da responsabilidade dos autores.



06

Entrevista com...

Carlos Fiolhais

É doutorado em Física Teórica pela Universidade Goethe, na Alemanha, e professor catedrático de Física na Universidade de Coimbra (UC), onde desempenhou vários cargos diretivos e fundou e dirigiu o Centro de Física Computacional, onde instalou o maior e mais rápido supercomputador português para cálculo científico. É diretor do Rómulo Centro Ciência Viva da UC e um dos mais importantes comunicadores de ciência nacionais, com livros, manuais escolares e centenas de artigos publicados.



A palavra aos estudantes



13

Os Desafios da Investigação em Portugal

Vítor Lapa Fernandes

A palavra aos professores

24

A Escola Pública, 50 Anos depois da Liberdade, em Democracia

A.M. Galopim de Carvalho



A palavra aos agrupamentos



28

Projeto Educativo como uma ferramenta estratégica

Mário Gomes

Artigos



16

“Vamos Salvar os Moinhos do Rio Degebe”

Maria Antónia Sim-Sim,
Francisca Mendes e
Maria do Anjo Marques



36

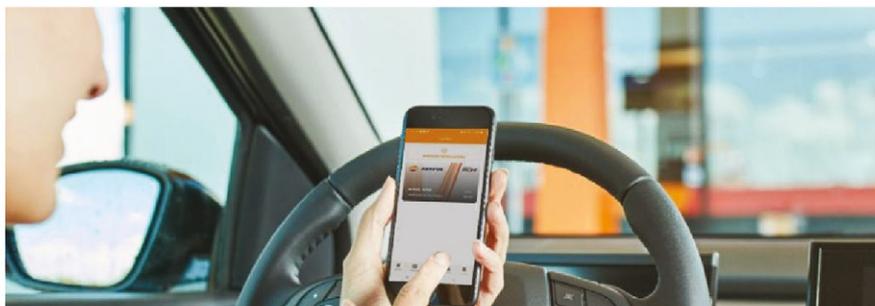
Bibliotecas Úteis, Próximas e Humanas

Nuno Marçal

assp



REPSOL



Adira à
ASSP - Repsol
e tenha desconto
em combustíveis



Para mais **Informações**

Tel.: 218 297 106 | info@assp.pt

T: 218 155 466 • info@assp.pt • www.assp.pt
Largo do Monte, 1 - 1170-253 Lisboa



Entrevista com...

CARLOS FIOLHAIS

“É preciso que o corpo docente volte a ter estímulos, sendo o maior o reconhecimento pela sociedade da nobre tarefa de educar”

“Os educadores e professores dão todos os dias o seu melhor para estimular a curiosidade natural dos mais novos. Mas as distrações são muitas, incluindo os telemóveis e a internet”

Nesta entrevista concedida á “Contextual” o professor Carlos Fiolhais fala sobre o papel da ciência na sociedade em geral e nas questões ambientais em particular. Nas palavras deste conhecido e prestigiado investigador existem problemas na Educação em Portugal, defendendo ser necessário que a sociedade reconheça com maior eficácia e clareza a nobre tarefa dos professores e docentes nas questões da Educação.

Carlos Fiolhais fala também sobre os telemóveis e a Internet nas escolas, os perigos que os mesmos suscitam, bem como da necessidade de as empresas investirem mais em ciência e tecnologia.

Finalmente nas sua entrevista Carlos Fiolhais refere o papel que a Inteligência Artificial pode ter nas escolas e na sociedade, assim como a dualidade que actualmente se verifica entre o digital e o papel.

ASSP.: Ciência e Tecnologia sempre desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades. Qual a influência que a divulgação da Ciência, através de todos os meios disponíveis, pode ter na promoção do interesse pelo conhecimento destas áreas?

Carlos Fiolhais.: Não pode haver criação e aplicação da ciência e tecnologia se a sociedade não reconhecer a relevância desses processos. Estou em crer que, em todo o mundo, mais nuns sítios do que noutros, o papel da ciência e da tecnologia é reconhecido: é graças a estas que vivemos hoje mais e melhor. Mas há muito espaço para progresso: muita gente não tem ainda suficiente consciência do valor da ciência. E a maioria das pessoas que a têm podem ter mais. Somando-se ao papel imprescindível da escola, a divulgação da ciência desempenha um papel essencial na compreensão da ciência pelo público. Onde há mais ciência é também onde há mais divulgação científica, alimentando-se as duas uma à outra. Chama-se cultura científica a essa penetração da ciência na sociedade. Melhores índices de cultura científica significam a melhoria do conhecimento do mundo, incluindo o conhecimento de nós próprios.

ASSP.: Que papel pode o ensino da Ciência desempenhar nas questões ambientais?



CF.: Sem ensino das ciências, feito a seu tempo na escola, não pode haver cultura científica. Sem acabar nela, a ciência deve começar na escola, e começar o mais cedo possível, logo no jardim de infância, quando as crianças alargam o seu contacto com o mundo. Hoje vivemos grandes desafios ambientais, derivados do sobreaquecimento do planeta causado pelas nossas emissões de dióxido de carbono para a atmosfera. Do ponto de vista científico compreendemos bem a questão e também desenvolvemos algumas soluções, designadamente substituir as energias provenientes de combustíveis fósseis por energias ditas alternativas. Tudo isso deve ser ensinado e discutido nas escolas,

“

As empresas podem e devem, para seu próprio benefício, investir mais em ciência e tecnologia e devem fazê-lo em boa integração com os centros de investigação, que na sua grande maioria estão ligados ao ensino superior. Isto é, há que multiplicar os contactos entre as instituições do ensino superior e as empresas

”

porque estas servem para preparar para a vida. Deve ser transmitido não só o estado do planeta, mas também os métodos que usamos e usamos para conhecer esse estado, por-

que a ciência, mais do que um corpo de conhecimentos, é um método para os obter. Contudo, o referido desafio ambiental não tem solução fácil, porque, para além da ciência, há ques-

tões sociais, económicas e políticas, que dividem os países. A escola também devia transmitir essa realidade humana, para além da realidade da Natureza, ligando as ciências exactas e naturais com as ciências sociais e as humanidades. E a consciência ambiental não pode acabar na escola, desempenhando os *media* um papel fulcral, para que os cidadãos possam fazer escolhas quando fazem intervenções políticas.

ASSP.: Que avaliação faz da situação atual da Educação em Portugal?

CF.: Temos grandes problemas nessa área. À partida e desde logo a progressiva desconsideração dos professores, cujo papel importa valorizar. Cheios de trabalho, não apenas pedagógico, mas infelizmente também burocrático, e mal pagos, os professores estão desmotivados. Muitos querem reformar-se o mais cedo possível. E foram cometidos erros de planeamento (ou houve falta dele...), descurando a formação de professores para ocupar vagas em aberto ou que vão abrir. É preciso que o corpo docente volte a ter estímulos, sendo o maior o reconhecimento pela

“

A Inteligência Artificial está em explosão por via do desenvolvimento e da sua modalidade generativa: isto é, programas como o ChatGPT permitem criar obras que parecem humanas. A sociedade tem aqui um grande desafio. Haverá mudanças, mas não sabemos ainda bem quais são alguns trabalhos humanos passarão a ser automatizados, por exemplo, como de outros modos já aconteceu no passado. Mas há, claramente, alguns perigos designadamente a capacidade de fazer e espalhar concepções virtuais que muitos podem confundir com reais.

”

sociedade da sua nobre tarefa de educar. Depois, há questões organizativas – como os currículos, o espaço escolar, os meios pedagógicos (incluindo os computadores), etc. – que nem sempre têm sido bem tratadas. Vários governos têm tentado conduzir políticas que por vezes se «atropelam» umas às outras, confundindo quem está na escola e fora dela.

ASSP.: O ensino das Ciências está a cumprir a sua função de estimular conhecimento, curiosidade e sentido crítico na Educação básica?

CF.: A educação básica é básica: nela assenta todo o edifício escolar. Respondendo de forma sumária, sim, está, mas pode fazer melhor. Os educadores e professores dão todos os dias o seu melhor para estimular a curiosidade natural dos mais novos. Mas as distrações são muitas – incluindo as distrações dos telemóveis e da Internet – e o seu trabalho não é fácil. Fez-se já um grande caminho de integração de elementos de ciência no ensino básico, mas pode-se fazer melhor. Por exemplo, as boas práticas do ensino



experimental deviam ser mais conhecidas e os bons exemplos deviam ser premiados.

ASSP.: Considera que atualmente há uma boa ligação entre a Ciência, a Tecnologia e as Empresas?

CF.: A actividade da maioria das empresas assenta hoje, de uma forma ou de outra, na ciência e na tecnologia. Estas empregam os jovens que o ensino superior forma. As instituições de ensino superior têm tentado aprofundar a sua ligação às empresas. Mas

há aqui um amplo espaço para melhoria: ainda há alguma desconfiança mútua e alguns entraves burocráticos a projectos conjuntos. As estatísticas dizem que a maior parte da investigação científica e tecnológica é feita no sector privado, nas empresas, mas julgo que esses dados estão um pouco inflacionados. As empresas podem e devem, para seu próprio benefício, investir mais em ciência e tecnologia e devem fazê-lo em boa integração com os centros de investigação, que na sua grande maioria estão ligados ao ensino superior. Isto é, há que

multiplicar os contactos entre as instituições de ensino superior e as empresas. Têm objectivos diferentes (por exemplo, as instituições de ensino superior não têm de ter lucro), mas complementares.

ASSP.: Importa saber o que falta fazer. Qual o papel dos dois subsistemas do ensino superior neste processo?

CF.: O ensino superior está, pelo menos desde os tempos do ministro Veiga Simão, no regime anterior, articulado em ensino universitário e politécnico (uma divisão que existe tanto no sector público como no sector privado). Falamos, por isso, de um sistema dual. Mas o certo é que essa divisão não é nítida - por exemplo há universidades com ensino politécnico e politécnicos com ensino universitário. E, além disso, cada vez mais os politécnicos reclamam uma parte do que era apenas estatuto universitário. A referida dualidade, que, num país muito desigual, liga muito à questão do desenvolvimento regional, devia ser debatida. E não deveria haver medo de fazer mudanças se estas forem julgadas necessárias.



ASSP.: Qual a avaliação que faz do incremento que a Inteligência Artificial está a ter nas sociedades em geral?

CF.: A Inteligência Artificial está em explosão por via do desenvolvimento da sua modalidade generativa: isto é, programas como o ChatGPT, permitem criar obras que parecem humanas. A sociedade tem aqui também um grande desafio. Haverá mudanças que não sabemos ainda bem quais são – alguns trabalhos humanos passarão a ser automatizados, por exemplo, como de outros modos já aconteceu no passado. Mas há, claramente, alguns perigos, designadamente a capacidade de fazer e espalhar concepções virtuais que muitos podem confundir com reais. O real e o

virtual estão cada vez mais difíceis de distinguir e isso acarreta perigos sociais. É cada vez mais fácil sermos enganados.

ASSP.: Qual o papel que a Inteligência Artificial pode ter no Ensino Básico/ Secundário e nas Universidades e Politécnicos?

CF.: Sei que há algumas tentativas em curso do seu uso e as experiências devem ser avaliadas. O papel dessa Inteligência será maior nas Universidades e Politécnicos do que no básico e secundário. Há mudanças que se antecipam: por exemplo, a avaliação por escrito terá de ser feita com mais critério. Sendo a favor da inovação, não posso deixar de chamar a atenção para a cautela que é sempre preciso ter quando

“

Sendo a favor da inovação não posso deixar de chamar a atenção para a cautela que é sempre preciso ter quando se introduzem novidades no ambiente educativo. A Escola pode e deve ser inovadora, mas também deve ser conservadora. Não deve trocar o certo pelo duvidoso.

”

se introduzem novidades no ambiente educativo. A escola pode e deve ser inovadora, mas tem também de ser conservadora. Não pode trocar o certo pelo duvidoso. E vejo muitos estudos hoje que põem em causa o excessivo uso de ecrãs na escola. A pandemia mostrou-nos que, se os ecrãs são úteis, a presença pessoal tem componentes insubstituíveis. Estou em crer que os professores nunca serão substituídos por máquinas, porque a escola é acima de tudo um lugar de promoção da humanidade.

ASSP.: Os manuais escolares estão a ser substituídos pelo digital. Considera essa substituição positiva do ponto de vista dos protagonistas da Educação?

CF.: O digital tem o seu papel, se me é

permitido o trocadilho. Mas eu sou, por formação, um leitor e autor do papel. Aprendi por manuais em papel e acho que este tem enormes vantagens. Sou autor de vários manuais, dos quais há versões digitais, que terão uma vantagem ou outra, por exemplo a leveza ou a procura rápida de texto. Ensaios feitos em países mais desenvolvidos estão a desfazer uma «ilusão tecnológica» que foi criada apregoando a total superioridade do digital. Para os governos há a tentação de supor que os problemas da educação se curam com tecnologia. Mas não: a educação é um problema humano, que se cura, ou melhor que temos de procurar curar, com mais humanidade, em especial formando melhor os nossos professores e confiando mais neles. ■



Os Associados podem contar com o Gabinete Jurídico da ASSP

| Assuntos sobre a Carreira

| Assuntos Pessoais

Consultoria Jurídica



A ASSP criou um Gabinete Jurídico de atendimento aos seus Associados.

O Gabinete presta aconselhamento jurídico aos Associados nas diversas áreas do direito, com maior incidência nas seguintes áreas:

- Direito do Trabalho
- Direito Civil
- Direito de Família e Menores
- Direito Penal
- Direito Contra Ordenacional
- Direito Administrativo

Saiba mais em www.assp.pt

A palavra aos estudantes



Vítor Lapa Fernandes

Presidente da Direção da AEFCL

Estudante da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Os Desafios da Investigação em Portugal

“Sem a atribuição de bolsas e prémios, inúmeros investigadores são atirados para a precariedade extrema”

Os apoios do Estado, seja na forma de bolsas ou de prémios são fundamentais para que a investigação em Portugal se apresente com vitalidade e com condições para desempenhar as funções que tem nas empresas e na sociedade civil. A inexistência de uma carreira para investigadores pode pôr em causa a investigação no nosso país.

A Academia é uma entidade muito maior que nós e que quaisquer outros que nela passaram ou passarão. São os Estudantes, os Docentes, os Investigadores, o Pessoal Não-Docente, o seu empenho,

a sua dedicação e o seu trabalho em conjunto que moldam, fazem crescer a Academia e as suas descobertas.

Sou Estudante e Dirigente Associativo e orgulho-me destas duas condições, porque tenho a confiança de que estou a contribuir para a evolução da Academia, para um Portugal e para um mundo melhor.

Enquanto Estudante e Dirigente Associativo, preocupam-me as condições materiais do Ensino Superior e a sua melhoria, que são fulcrais para a entrada e permanência dos

Estudantes no Ensino Superior.

O aumento do investimento nas Instituições de Ensino Superior, a redução das propinas, o aumento da ação social para colmatar as desigualdades, o investimento em apoio psicopedagógico, o aumento do número de residências para estudantes, entre outros, são tópicos que necessitam de atenção imediata.

Como Cientistas, é natural que a carreira a seguir por muitos de nós seja a investigação. O que faz sentido, pois é na Academia que grandes desco-

bertas são feitas. Mas a carreira de investigação é uma carreira bastante longa, que implica uma grande resiliência e, acima de tudo, burocracias e custos elevados. Sem a atribuição de bolsas e prémios, inúmeros investigadores são atirados para a precariedade extrema.

A situação precária da investigação em Portugal é uma realidade alarmante, marcada por desafios estruturais que têm impactos profundos tanto na qualidade da investigação quanto na estabilidade dos projetos e grupos/centros de investigação. A principal entidade que atribui bolsas de investigação é a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e existe um pedido constante para o alargamento e aumento do número de bolsas.

Muitos investigadores são “contratados” através de bolsas de investigação que, embora sejam uma porta de entrada para a carreira, não oferecem segurança laboral, nem direitos sociais básicos como subsídios de desemprego, férias ou licenças de maternidade e paternidade. Estes “contratos” precários deixam os investigadores numa situação de incerteza contínua.

A falta de uma carreira estável e bem definida para os investigadores é um problema crítico. A progressão na carreira científica em Portugal é lenta e bastante burocrática, com poucas oportunidades de ascensão, o que contribui para o êxodo de talentos. Muitos investigadores, especialmente os mais jovens, são forçados a emigrar para países onde as condições de investigação são mais favoráveis, o

que leva a uma fuga de “cérebros”, enfraquecendo o sistema científico nacional.

Além da precariedade contratual, os recursos destinados à investigação são muitas vezes insuficientes e frequentemente mal distribuídos. O financiamento público para a Ciência, que já é reduzido em comparação com outros países europeus, enfrenta cortes e





congelamentos, o que limita a capacidade dos investigadores de desenvolver projetos inovadores.

Outra agravante, aliada à falta de recursos e estabilidade, é a sobrecarga de trabalho administrativo que recai sobre os investigadores. Em vez de se concentrarem integralmente na pesquisa, muitos profissionais dedicam grande parte do seu tempo a tarefas burocráticas,

como a gestão de projetos, justificação de resultados e preparação de relatórios, o que reduz a sua produtividade.

A precariedade da investigação em Portugal não deve ser encarada como uma questão isolada, mas também como um inibidor do país, atingindo várias áreas. A Ciência e a inovação são motores essenciais para o desenvolvimento socioeconómico e a falta de investimento e apoio aos investigadores compromete o progresso do país em áreas cruciais como a saúde, a tecnologia e a sustentabilidade.

Como tal, é necessário um compromisso político sério que envolva um aumento significativo do financiamento para a investigação e uma reestruturação do sistema de carreiras de investigação. É necessária a implementação de medidas a longo prazo e não apenas pensos rápidos. Sem estas mudanças, Portugal corre o risco de estagnar no seu desenvolvimento científico e tecnológico, comprometendo o seu futuro e o bem-estar das gerações vindouras.

“Ciências ULisboa” encontra-se na vanguarda da investigação científica em Portugal, integrando a ULisboa, que se encontra entre as 300 melhores Universidades do mundo do Ranking de Shanghai. Temos um legado único de que bastante nos devemos orgulhar, mas é necessário fazer mais, inovar e não cruzar os braços. Faremos o melhor que pudermos e soubermos com as condições que nos derem, porque a melhor Ciência faz-se em Ciências! ■

Artigo**Maria Antónia Sim-Sim**

Associada da ASSP e membro da Direção

Francisca Mendes

Autora do estudo “Os Moinhos do Rio Degebe: contributos para a salvaguarda da sua memória”

Maria do Anjo Marques

Associada da ASSP

PROJETO

“VAMOS SALVAR OS MOINHOS DO RIO DEGEBE”

“Descobrimos ermidas esquecidas, fontes sagradas, antas perdidas, as igrejas matrizes das aldeias, as pontes seculares onde já ninguém atravessa”

“trinta moinhos havia / na paisagem ribeirinha/ ao longo do rio Degebe/ para moerem a farinha”¹ - Introito

O Degebe - em árabe Uad-el-Geb, a água que nasce no monte é um afluente do Guadiana e abrange os concelhos de Évora, Portel e Reguengos de Monsaraz. Parafraseando o poeta², é sobretudo, “o rio que corre nas nossas aldeias”. Desde sempre ligado à vida e tradições das pequenas localidades ribeirinhas, o Degebe faz

parte das memórias e da identidade destas comunidades. Embora, nestes últimos anos, muros verdes de olival e amendoal intensivos cerquem as aldeias e as separem do rio, esta relação entre o rio e as suas gentes teima em subsistir: ainda se pesca no Degebe e é nas suas margens que se continua a ir comer o borrego na segunda-feira de Páscoa.

Ao longo das margens do rio, dezenas de moinhos asseguraram durante séculos uma atividade essencial para as populações, porque dela dependia a produção do alimento essencial, o pão. Eram locais de convivialidade para onde periodicamente se deslocavam os moradores das aldeias e das herdades, onde se negociava, se trocavam notícias, se bailava e namorava.





S. Manços - Sessão de Abertura

“

Ao longo das margens do rio, dezenas de moinhos asseguraram durante séculos uma actividade essencial para as populações, porque dela dependia a produção do alimento essencial, o pão. Eram locais de convivialidade para onde, periodicamente, se deslocavam os moradores das aldeias e das herdades, onde se negociava, se trocavam notícias, se bailava e namorava.

”

Deram o pão a gerações e gerações e contam milhares de histórias sobre as gentes ribeirinhas.

Ultrapassados pelo desenvolvimento tecnológico, foram sucessivamente sendo abandonados e esquecidos. Dos 30 moinhos originais, subsistem 16, alguns em avançado estado de ruína e outros com possibilidade de recuperação. Constituem um património valiosíssimo, em risco de perda irremediável, se nada for feito para o preservar e valorizar.

“Pelo sonho é que vamos”³ - A inspiração

A ideia deste Projeto surge no contexto de uma atividade desenvolvida na Delegação de Évora da ASSP: nas 4^{as} feiras de manhã, vamos pelos velhos caminhos campestres “Em busca do Património escondido”. Descobrimos ermidas esquecidas, fontes sagradas, antas perdidas, torres encantadas, as igrejas matrizes das aldeias, as pontes seculares onde já ninguém atravessa. São pequenas joias desconhecidas, ignoradas



S. Maços - Sessão de Abertura

numa cidade cujo Centro Histórico se orgulha de ser Património da Humanidade.

Numa manhã primaveril de abril de 2023 fomos conhecer os Moinhos de água do rio Degebe, guiados pela colega Francisca Mendes, autora do estudo **“Os Moinhos do Rio Degebe: contributos para a salvaguarda da sua memória”**, e profunda conhecedora deste património.

O Projeto **“Vamos salvar os Moinhos do rio Degebe”** surge da consciência de um grupo de Associados da Delegação da urgência de salvar este património, de imediato apoiados pela Direção.

O pensamento precede a ação - A reflexão

Desde o início foi evidente que um projeto deste tipo só faria sentido com o envolvimento das próprias populações e se correspondesse aos seus interesses e anseios.

“

Ultrapassados pelo desenvolvimento tecnológico, foram sucessivamente sendo abandonados e esquecidos. Dos trinta moinhos originais, subsistem dezasseis, alguns em avançado estado de ruína e outros com possibilidade de recuperação. Constituem um património valiosíssimo, em risco de perda irremediável, se nada for feito para o preservar e valorizar.

”

Por isso, entendemos que não deveríamos apresentar um projeto acabado, fechado, mas que teria de ser construído a partir das propostas e sugestões apresentadas pelas próprias pessoas. O nosso papel, enquanto Associação, seria de dinamizador e facilitador, despertando vontades e mobilizando recursos.

Assim, à pergunta “Que fazer?” foi claro que teríamos de começar por sensibili-

zar as próprias populações para a riqueza daquele património e para o enorme potencial que ele encerra, enquadrado numa perspectiva ampla que integre as vertentes cultural, pedagógica e económica, se pensada em termos de Turismo de Natureza.

Já possuíamos o melhor instrumento para tal, a Exposição **“Moinhos do Rio Degebe - História e Memórias”** que resultou do estudo acima mencionado,



Vendinha - Sessão de Abertura

com a apresentação documental de 10 painéis de grandes dimensões, que tinha estado patente na cidade de Évora em 2021, mas não fora ainda mostrada nas aldeias.

Promover a itinerância desta mostra nas cinco aldeias ribeirinhas (S. Manços, Vendinha, Nossa Senhora de Machede, Monte do Trigo e Amieira) seria uma forma privilegiada de promover o reconhecimento da valia daquele legado e assim consciencializar para a necessidade da sua preservação.

O olhar do outro confirma-nos - A validação

A primeira preocupação foi validar o projeto, do ponto de vista institucional, através de uma consulta à Direção Regional da Cultura que certificou a seu interesse cultural.

Seguidamente, seria fundamental o apoio das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia pois só faria sentido avançar se o mérito e a oportunidade do projeto fossem reconhecidos pelas entidades locais. Felizmente, foi isso que aconteceu: a adesão foi imediata e o apoio afirmado. As Juntas de Freguesia, entidades mais próximas das populações, constituíram-se parceiras.

O envolvimento das Escolas constituía um outro vetor determinante do Projeto. Assim, convidámos as professoras das Escolas Básicas das localidades a integrarem,

nos PAA, atividades pedagógicas relacionadas com o rio e os Moinhos. Duas escolas, S. Manços e Vendinha, responderam positivamente à nossa proposta, implicando a participação de 40 alunos. Iniciaram-se ainda, embora tardiamente, atividades no Jardim de Infância de Nossa Senhora de Machede, que irão prosseguir no próximo ano letivo.

Também a Entidade Regional de Turismo reconheceu a mais-valia da iniciativa e o seu interesse cultural e económico ao atribuir o financiamento indispensável à concretização da itinerância da Exposição, relativo às estruturas metálicas de suporte dos painéis e aos materiais de divulgação. Num momento em que o Turismo de Natureza arrasta cada vez mais pessoas e o património cultural traz cada vez mais visitantes, um projeto deste tipo pode constituir um motivo de atratividade para territórios com urgente necessidade de revitalização. A ERT do Alentejo e Ribatejo teve esta compreensão, logo no primeiro contacto.

A Câmara Municipal de Évora assumiu todo o apoio logístico de montagem da Exposição nas três localidades que em 2024 a receberam, apoio fundamental sem o qual o Projeto não teria viabilidade, pois implicaria meios muito onerosos que a ASSP não teria condições de suportar. E ainda o apoio em termos do registo audiovisual das várias atividades realizadas.

O apoio expresso da Direção Nacional da



Escola S. Manços - Moinho Parreira

ASSP teve um peso decisivo no desenvolvimento do Projeto, destacando-se dois aspetos essenciais: a afirmação da credibilidade do Projeto junto das entidades institucionais e das Escolas, e a divulgação das atividades desenvolvidas nestas, já que financiou, por inteiro, esta vertente.

Não há bela sem senão - As dificuldades

Nesta fase do Projeto, as principais dificuldades com que nos confrontámos foram as seguintes:

- Reticências iniciais de algumas entidades públicas a quem foi preciso convencer da viabilidade do Projeto.

- Dificuldades em obter financiamento pela falta de resposta de dezenas de entidades privadas a quem nos dirigimos (só o Octant Hotel / Nossa Senhora de

Machede respondeu afirmativamente)

- Já depois de obtido o financiamento concedido pela ERT, a demora na adjudicação dos trabalhos, visto esta entidade não ter autonomia financeira, o que levou a um adiamento da abertura da Exposição por cerca de 4 meses, obrigando a toda uma reprogramação do calendário inicialmente previsto.

- Nas Escolas, a principal dificuldade com que nos confrontámos foi a mobilidade dos professores que impediu o desenvolvimento das atividades na escola básica de uma das localidades.

Com trabalho e perseverança, tudo se alcança - A ação

A partir das propostas das professoras, realizaram-se ao longo do ano letivo

várias atividades com os alunos o que lhes deu um maior conhecimento do rio e do valor dos Moinhos.

Nestas ações colaboraram o Professor Galopim de Carvalho, a Professora Maria Ilhéu (Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da Universidade de Évora) e a Dr.^a Francisca Mendes (CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora), desenvolvendo, nas escolas e nos Moinhos, atividades pedagógicas de sensibilização para as questões ambientais e do património.

Outro momento alto foi a celebração do Dia da Espiga no Moinho do Albardão que juntou os alunos da Escola Básica de S. Manços com os idosos da Unidade de Ação Social da Vendinha.



Professor Galopim - S. Manços

“

O apoio expresso da Direção Nacional da ASSP teve um peso decisivo no desenvolvimento do Projeto, destacando-se dois aspetos essenciais: a afirmação da credibilidade do Projeto junto das entidades institucionais e das Escolas, e a divulgação das atividades desenvolvidas nestas, já que financiou, por inteiro, esta vertente

”

Numa das Escolas foi possível articular este Projeto com outro em que a também estava envolvida, “Collage - paisagem do meu concelho”.

Estas atividades das Escolas são apresentadas num painel que passou a fazer parte integrante da Exposição. A execução deste novo painel foi possível pelo apoio da Direção Na-

cional da ASSP que também financiou as camisolas que identificam os alunos como Guardiões dos Moinhos!

Iniciou-se, junto dos mais idosos, a recolha de testemunhos das vivências ligadas ao rio e aos moinhos. Salvar os Moinhos do rio Degebe é também salvar as suas memórias. Embora muitos já não existam, eles

ainda sobrevivem em muitas e muitas histórias que são contadas e que urge recolher para não serem esquecidas. Por isso, este projeto pretende também registar essas memórias, através dos relatos de vivências, feitos pelos mais velhos e evitar que se percam. Essa recolha já começou a ser feita com os utentes da Unidade de Ação Social da Vendinha.

Em meados de julho, iniciou-se na freguesia de S. Manços a Itinerância da Exposição, onde poderá ser vista durante cerca de um mês. Em agosto estará na Vendinha e em setembro em Nossa Senhora de Machede.

Na abertura da Exposição em S. Manços, foi apresentada, por um grupo de meninos da Escola desta localidade, o Hino dos Moinhos, da autoria de uma Associação⁴.

“Faz-se caminho ao andar”⁵- O que se segue

No próximo ano letivo continuará o trabalho com as Escolas, alargando-se a



Grupo Intergeracional

mais estabelecimentos de ensino que já mostraram interesse em integrar o Projeto, nomeadamente Escola Básica de Monte do Trigo e Agrupamento de Escolas de Portel.

Com a colaboração das Escolas, das Estruturas Residenciais para Idosos e dos Centros de Dia irá intensificar-se a recolha de testemunhos que farão parte de uma publicação a ser editada, com o patrocínio da Fundação da Casa de Bragança, instituição também apoiante do Projeto.

Irá continuar a itinerância da Exposição nas localidades de Monte do Trigo, Amieira e Portel.

Está prevista a divulgação do Projeto nas redes sociais, o que é importantíssimo para a sua visibilidade, mas que, por falta de meios, ainda não foi possível este ano.

Também determinante para o futuro do Projeto será a constituição de uma Associação que congregue os amigos destes moinhos. Só agregando vontades e unindo esforços se poderá levar por diante um Projeto que é ambicioso e exige empenhamento e investimento estratégico de entidades públicas e privadas.

As ideias que foram surgindo ao longo deste ano, em encontros formais e informais, para preservação e valorização deste património, só poderão concretizar-se se existir um verdadeiro interesse de quem tem os meios e os recursos necessários.

E ideias não faltam: um Núcleo Museológico que recorde a atividade dos Moinhos e o que ela representava para as povoações ribeirinhas, um Centro Interpretativo que mostre a rica fauna e flora do rio, um Centro de Atividades Pedagógicas, um percurso pedestre, ao longo da sua margem, que atraia caminheiros de todo o país. E

porque não também um Memorial dos Moinhos do rio Degebe, como já existem em diversos rios? E reconstituições etnográficas das atividades relacionadas com o rio e os Moinhos? Muito pode ser feito para voltar a dar vida aos Moinhos e valorizar o rio e as suas margens.

Este é um projeto em construção que viverá da força que lhe quiserem dar aqueles que mais diretamente estão ligados a este património, às suas vivências e às suas memórias e que se irá desenvolvendo de acordo com o ritmo que lhe quiserem imprimir.

A ASSP está a cumprir o seu papel: em íntima relação com as Escolas e as populações, procura sensibilizar e motivar para a dinamização de projetos de interesse cultural e pedagógico, e ser agente ativo e transformador no seio das comunidades.

Fazer pontes com o passado e, nesse terreno fértil, lançar sementes e construir o futuro, é algo inscrito no próprio ADN da ASSP. ■

Referências bibliográficas:

- ¹ MENDES, Francisca, (2020), *Moinhos do Rio Degebe – História e Memórias*. Programa do Orçamento Participativo de Portugal – 2017. Évora: CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN: 978-989- 99242-8-4. Depósito Legal: 479540/21.
- ² Alberto Caeiro, “O Tejo é mais belo do que o rio que corre pela minha aldeia”, In *O guardador de rebanhos*
- ³ Sebastião da Gama, “Pelo sonho é que vamos” in *Pelo sonho é que vamos*
- ⁴ Maria do Anjo Rosado Marques, “Hino dos Moinhos do rio Degebe”
- ⁵ António Machado, «Provérbios e cantares» in *Campos de Castela*

TRAGA
UM NOVO
ASSOCIADO
JUNTOS SOMOS
MAIS ASSP

A palavra aos professores



A.M. Galopim de Carvalho

Professor Catedrático Jubilado da Universidade de Lisboa

A ESCOLA PÚBLICA, 50 ANOS DEPOIS DA LIBERDADE, EM DEMOCRACIA.

“São muitos os portugueses a quem a escola deu e continua a dar diplomas, mas não deu e continua a não dar a educação, a formação e a preparação essenciais a uma cidadania plena”

A luta dos professores, numa intensidade nunca vista, com grande destaque no passado ano de 2023, trouxe ao de cima a degradação a que chegou este grande sustentáculo de qualquer sociedade democrática que, entre nós, dá pelo nome de Escola Pública.

Esta degradação está bem estampada nas classificações (os rankings), oficialmente divulgadas, que põem em evidência uma quantidade preocupante de escolas públicas más e de alunos maus. Uma realidade vergonhosa, que re-

flecte a muito pouca atenção que tem sido dada a este sector, por parte dos sucessivos governos do Portugal de Abril.

É verdade que se alargou a escolaridade obrigatória e gratuita até ao 12º ano. E isso foi bom. Foi, mesmo, muito bom. No meu tempo, a escolaridade obrigatória e gratuita era a chamada 3ª classe (actual 3º ano).

É verdade que o parque escolar deu um grande pulo em frente, comparativamente ao de um passado que nos envergonhava.

É verdade que os Jardins de Infância são hoje uma

realidade em crescimento.

Mas a verdade é que isso não chega. Está “a léguas” de chegar.

50 anos de liberdade e de democracia mantiveram as duas categorias de escolas que eu conheci a partir dos anos de 1930, há quase um século:

- a privada, rica, ao serviço de uma minoria com capacidade financeira;

- a pública, pobre, para os outros, a maioria, onde cabem uma classe média, mal remunerada, e uma outra, a raiar a pobreza ou a sobreviver dentro dela.



“

A falta de professores é uma realidade por demais conhecida e todos sabemos porquê- A profissão não agrada a ninguém. A preparação de professores deveria ser pensada de molde a oferecer níveis de excelência compatíveis com a sua importância na sociedade, oferecendo saídas profissionais adequadamente remuneradas.

”

A classe política, no seu todo, a quem os Capitães de Abril, há 50 anos, generosa, honradamente e de “mão beijada”, entregaram os nossos destinos, mais interessada nas lutas pelo poder, esqueceu-se de facultar conhecimento, civismo, cidadania em suma, à sociedade liberta do sufoco em que vivera.

E aqui, a Escola falhou completamente.

E não estou só nesta afirmação. Recordo as palavras do então Primeiro-ministro, António Costa em finais de 2015, na cerimónia de entrega do Prémio Manuel António da Mota, no Palácio da Bolsa, no Porto.

Ei-las:

“De uma vez por todas, o país tem de compreender que o maior défice que temos não é o das finanças. O maior défice que temos é o défice que acumulámos de ignorância, de desconhecimento, de ausência de educação, de ausência de formação e de ausência de preparação.”

A verdade é que esta situação não se inverteu. A verdade é que, depois de 50 anos de liberdade em democracia, continuamos a ser um povo maioritariamente desinteressado pelos valores da ciência e da cultura, alienados pelo “jogo da bola” e em que a grande maioria dos apoiantes e votantes nos partidos políticos desconhecem os fundamentos das respectivas ideologias.

Todos sabemos que há boas e excelentes escolas públicas, que há bons e excelentes professores, mas o essencial do problema que temos de enfrentar reside na quantidade preocupante de escolas más, de professores maus e de alunos maus.

A oitava ronda do PISA (“Programme for International Stu-



dent Assessment”), da OCDE, em 2023, mostrou que, em trinta países, Portugal ocupa: o 30º lugar em Ciências, o 29.º em Matemática e o 24º, em leitura.

Resultados que nos envergonham e que confirmam as minhas preocupações. Ando a dizê-lo, há décadas, e estes números vêm dar-me razão. Estes resultados do PISA trazem, ao de cima, uma geração de adolescentes:

- sem interesse pelo saber,
- ignorantes de quase tudo,
- mergulhados a fundo nos seus smartphones,
- vítimas de reformas educativas que lhes diminuíram ou retiraram a capacidade crítica, em que o rigor foi substituído pela facilidade.

A diluição de disciplinas como História, Filosofia e Literatura, são disso testemunho.

As direcções das escolas têm sido pressionadas no sentido de facilitar as aprovações e os professores são convidados a agirem em conformidade.

Reprovar um aluno representa hoje, para o professor, e para os professores do conselho de turma, ter de justificar essa decisão, depois de elaborar e aplicar planos e medidas burocráticas (de eficácia nula) que mais parecem um castigo aplicado aos docentes, a que eles fogem subindo as notas.

A iliteracia cultural e científica de uma parte importante da nossa população, a todos os ní-

veis socioprofissionais, é a prova provada desse falhanço. São muitos os portugueses a quem a escola deu e continua a dar diplomas, mas não deu e continua a não dar a educação, a formação e a preparação essenciais a uma cidadania plena.

Verdadeiros défices na educação, na formação e na preparação para uma cidadania plena abriram as portas a um populismo, vazio de conteúdos, a que a democracia deu voz e que, usufruindo da liberdade dessa mesma democracia, nos procura arrastar para um modelo de sociedade que a História já mostrou que sempre nos amordaçou, com consequências funestas.

O actual sistema de avaliações, demasiado injusto, não ajuda a elevar o nível do ensino. Avança-se por quotas e não por mérito. Praticamente, nada avalia. Propostas de avaliações a sério têm sido rejeitadas por parte dos muitos que não querem ou receiam ser avaliados. Neste capítulo, os maus professores, que os há e não são assim tão poucos, os tais que recusam as avaliações a sério e vêem na Escola um emprego assegurado até à aposentação, têm contado com o apoio dos sindicatos, que põem ao mesmo nível os bons e os maus profissionais.

Todos sabemos e os governos também sabem que a mola real de uma verdadeira e eficaz política de Educação exige dotação orçamental adequada à importância deste sector na sociedade.

Actualmente, temos um novo governo e um novo Ministro da tutela e o meu mais sincero

“

Repetindo o que sempre disse: considero os professores, incluindo educadores, entre os mais importantes pilares da sociedade e, uma vez mais, afirmo que é necessário e urgente conferir-lhes o estatuto, a atenção e a dignidade compatível com essa importância.

”

desejo é que ele, ao contrário dos seus antecessores, tenha a vontade e a força necessárias para demolir o mais que obsoleto edifício da Educação que temos tido. Que, em seu lugar, faça surgir um outro, concebido e levado a cabo, numa profícua colaboração entre governos e oposições, para durar três ou mais legislaturas e que envolva gente verdadeiramente capaz de o concretizar, gente que entre na poderosa “máquina ministerial”, melhore o que tiver de ser melhorado e varra o que tiver de ser varrido.

A falta de professores é uma realidade por demais conhecida e todos sabemos porquê – a profissão não agrada a ninguém. A preparação de professores deveria ser pensada de molde a oferecer níveis de excelência compatíveis com a sua importância na sociedade, oferecendo saídas profissionais adequadamente remuneradas.

É preciso pôr em prática uma rigorosa supervisão científica e pedagógica dos manuais escolares. São muitos os que se repetem acriticamente, com noções estereotipadas e, por vezes, com erros, tantas vezes denunciados.

Os professores consomem muitas horas em reuniões inúteis, mas poucas dedicadas ao trabalho lectivo que devia ser o seu principal objectivo.

A carga burocrática que se abate sobre os docentes, em planos arrevesados descritivos de metodologias e estratégias, «adaptações» de critérios de avaliação e obrigatoriedade de justificações que se traduzem em inflação de classificações para obter sucesso estatístico.

Impõe-se a necessária dignificação dos professores e educadores, num conjunto de acções, envolvendo, salários compatíveis com a sua relevância na sociedade, colocações, libertação de todas as tarefas que não sejam as de ensinar e outras postas em evidência nas suas reivindicações.

O pessoal não docente representa um conjunto de elementos fundamental no universo do ensino, pelo que é forçoso

dar-lhes um tratamento, em termos de dignidade e de salários, a condizer.

Repetindo o que sempre disse: considero os professores, incluindo educadores, entre os mais importantes pilares da sociedade e,

uma vez mais, afirmo que é necessário e urgente conferir-lhes o estatuto, a atenção e a dignidade compatível com essa importância.

Nos dias que correm, receio que, uma vez alcançado o acordo com o ministério da tutela sobre a recuperação do tempo de serviço, volto a dizer, receio que, por um lado, uma parte muito considerável da enorme massa humana que se manifestou nas ruas do Portugal inteiro se sinta confortavelmente satisfeita e desinteressada da parte mais importante do problema e deixe para a outra parte a continuação da luta por uma Escola Pública a sério.

Receio, ainda, que o Ministério se sinta desobrigado de atender às restantes reivindicações, as mais sérias e profundas, as que visam uma completa remodelação deste importante pilar da sociedade que se deseja melhorar. ■

A palavra aos agrupamentos



Mário Gomes

Diretor do Agrupamento de Escolas Armando
Lucena - Malveira

Projeto Educativo como uma ferramenta estratégica

“É esperado que os jovens saiam das escolas com capacidade de vender um produto, um serviço ou uma ideia, de construírem um conceito através do debate e da capacidade de argumentação.”

Se é verdade que há quem veja o Projeto Educativo como um documento meramente burocrático para cumprir um requisito legal, que depois de elaborado se encerra numa qualquer gaveta, no Agrupamento de Escolas Professor Armando de Lucena (AEPAL) vemo-lo como uma ferramenta estratégica.

Com a construção do Projeto Educativo, mobilizámos os profissionais e a comunidade a sonharem a Escola desejada. Para tal, os profissionais foram congregados em grupos de trabalho constituídos de forma diversificada no que diz respeito a áreas curriculares e funções. O Conselho Pedagógico criou um guião com pistas de reflexão para, partindo do “onde estamos”, chegarmos ao “sonho” da Escola que queremos ser.

Foi com base nas propostas chegadas destes grupos de trabalho que o Conselho Pedagógico elaborou a proposta de Pro-

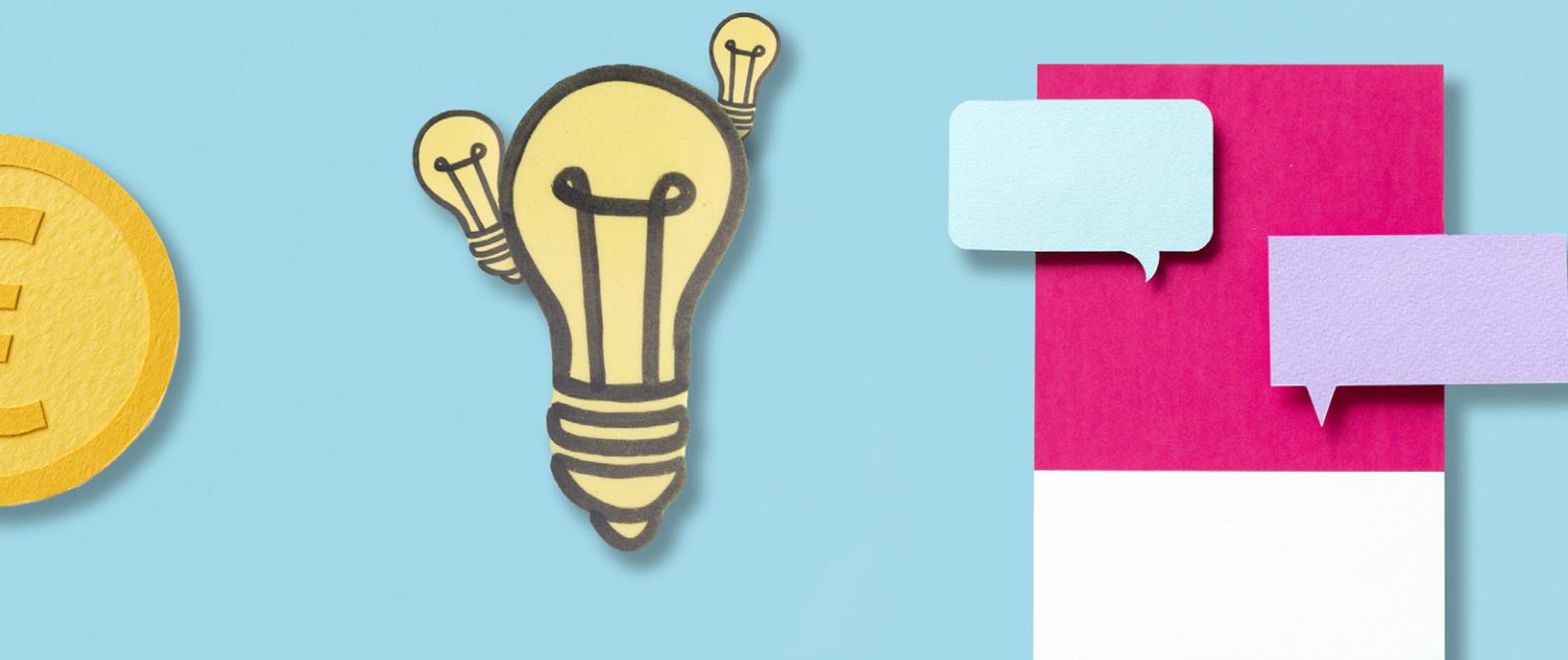
jeto Educativo que colocou em discussão pública e recolheu a participação de alunos, pais e parceiros da comunidade.

O atual Projeto Educativo do AEPAL, a vigorar de 2022 a 2025, tem como centrais as palavras COMUNICAÇÃO e COMUNIDADE.

Atualmente, a sociedade valoriza (ao nível da participação cívica, dos clubes, das associações ou dos partidos políticos, mas também do mercado de trabalho) o domínio de competências de comunicação verbal oral e não verbal. É esperado que os jovens saiam das escolas com capacidade de vender um produto, um serviço ou uma ideia, de construírem um conceito inovador através do debate e da capacidade de argumentação, de conseguirem seduzir e convencer. Paralelamente, existe também a expectativa de que sejam capazes de trabalhar em equipa, que sejam simpáticos e, sobretudo, empáticos.

Porém, a Escola tende a manter a base da





aquisição de conhecimento e da sua demonstração na escrita, como se continuássemos a acreditar que a forma primordial de aceder ao conhecimento seja através da leitura, mormente de livros impressos, e da escrita, através da realização de trabalhos e da resposta a fichas de avaliação.

Ora, esta divergência entre a preponderância da leitura e da escrita, na Escola, e da oralidade, no mercado de trabalho e na participação cívica, tem de ser resolvida. Por essa razão, no AEPAL, decidimos apostar na **COMUNICAÇÃO**. Para tal, concebemos um Guião de Pesquisa, que a equipa de professoras bibliotecárias apresentou em cada turma, com sugestões de organização das tarefas de pesquisa, desde a pro-

cura da informação à sua comunicação/apresentação, passando pela sua seleção e organização. Cada turma é desafiada a trabalhar sobre a metodologia de projeto, em pequenos grupos, e a proceder à sua apresentação, no seio na turma, no final do 1.º período. Seguindo a mesma metodologia, ao terminar o 2.º período, organizam-se momentos de partilhas de projetos interturmas. Antes de se encerrar o ano letivo, o AEPAL organiza um Congresso dos Alunos, onde estes fazem apresentações de trabalhos decorrentes dos projetos realizados, representativos de cada estabelecimento de ensino, no caso da Educação Pré-Escolar e do 1.º ciclo, e de cada ano de escolaridade, no caso dos restantes ní-

veis de ensino. Este congresso é aberto à comunidade e transmitido em *streaming*.

Não queremos, de forma alguma, com esta centralidade da comunicação oral e da comunicação não verbal, reduzir a relevância da leitura. Antes pelo contrário. Estamos altamente comprometidos com o desenvolvimento da leitura para níveis crescentes de complexidade, já que, através de uma melhor interpretação deste processo, os nossos alunos conseguirão melhorar as suas habilidades de pesquisa e comunicação.

Até importa salientar que, em 2023, o AEPAL assinou um protocolo de cooperação com o Plano Nacional de Leitura, no seguimento



da seleção como escola-piloto, para o desenvolvimento do Plano de Ação para a Leitura 2023-2026. É nosso compromisso implementar um conjunto de dinâmicas para melhorar os resultados dos alunos no domínio da leitura, assegurando desta forma que não estamos a desinvestir neste processo, mas que ele continua a ter a sua centralidade.

Paralelamente, os alunos são convidados a participar, ao longo do ano letivo, em atividades diversas que os impulsionam ao desenvolvimento desta tipologia de competências de comunicação oral.

Algumas destas dinâmicas cruzam-se diretamente com a outra palavra-chave: COMUNIDADE.

Pretendemos que os nossos alunos assumam o seu papel, como cidadãos, e sejam participantes ativos na vida da comunidade. Para tal, o AEPAL empenha-se no envolvimento dos alunos em três grandes programas: “Nós Propomos”, “Assembleia Municipal Jovem” e “RedEscolas AntiCorrupção”.

A literatura científica há muito que tem salientado a necessidade de atuarmos no sentido de contrariar a tendência de alheamento dos mais novos face à vida política nacional e local. Para tanto, é necessário serem pensadas estratégias concretas. Os investigadores têm vindo a constatar que nas sociedades mais desenvolvidas, como a ocidental, as crianças e os jovens não são envolvidos nas decisões das suas comunidades, fazendo crescer um afastamento em relação às políticas. Está nas nossas mãos contrariar esta tendência.

O Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT) organiza, anualmente, o projeto “Nós Propomos”, no qual os alunos são convidados a identificar um problema do seu território e a estudar possibilidades de resolução. Ao longo do ano, dedicam-se a este estudo e, no 3.º período, têm a possibilidade de fazer a respetiva apresentação, em Lisboa, nas instalações do IGOT. Esta é, portanto, uma oportunidade de os alunos do AEPAL juntarem o desenvolvi-



A literatura científica há muito tem salientado a necessidade de actuarmos no sentido de contrariar a tendência de alheamento dos mais novos face à vida política nacional e local. Para tanto é necessário serem pensadas estratégias concretas. Os investigadores têm vindo a constatar que nas sociedades mais desenvolvidas, como a ocidental, as crianças e os jovens não são envolvidas nas decisões das suas comunidades fazendo crescer o afastamento em relação às políticas.



mento das suas competências de comunicação ao desenvolvimento do seu compromisso cívico com a comunidade, tendo a oportunidade de partilhar com alunos e professores de outros Agrupamentos de Escolas e de assistir às apresentações de colegas das várias regiões do país.

Na “Assembleia Municipal Jovem”, a palavra de ordem é “a tua voz conta!”. É este o *slogan* do projeto da Assembleia Municipal Jovem de Mafra (AMJM), formalmente constituída com periodicidade anual (correspondente ao ano letivo). Podemos ler, na sua página da *internet*, que é “um espaço onde os jovens do Concelho de Mafra apresentam, debatem e

aprovam propostas de recomendação aos órgãos municipais, contribuindo ativamente para construção de um território mais coeso, harmonioso e participado”.

O AEPAL participa, com os seus alunos, desde a primeira edição, incentivando-os a identificar oportunidades de melhoria a concretizar na sua comunidade, pela edilidade. A partir das suas ideias, trabalham na conceção da sua proposta e levam-na ao debate, na sessão da Assembleia Municipal Jovem, onde são colocados em situação de debate de ideias e são incentivados ao exercício da argumentação.

A este propósito, publiquei, em 2022, o capítulo

“A Assembleia Municipal Jovem como Estratégia de Formação de Jovens Cidadãos Ativos”, no livro “Juventudes Ibero-Americanas: Dilemas Contemporâneos”, da Arco Editores, de acesso livre através do código identificador (DOI): 10.48209/978-65-5417-023-O. Neste artigo procuro demonstrar a relevância deste programa, à luz do que as Ciências Sociais têm demonstrado no tocante ao desenvolvimento da participação cívica ativa.

Num outro âmbito, igualmente relevante, estamos a fazer um percurso, desde 2018, de promoção de valores éticos. Em 2022, o AEPAL recebeu do Conselho de Prevenção da



Corrupção, do Tribunal de Contas, o Prémio Fidelidade, pela constância de propósito no desenvolvimento de atividades promotoras da probidade dos alunos e de prevenção da corrupção e das infrações conexas. Este prémio simboliza o reconhecimento externo da nossa aposta nesta área: em 2020, tínhamos sido membro fundador da Rede de Escolas Contra a Corrupção.

Acreditamos que podemos desempenhar um papel importante na prevenção destes fenómenos pouco éticos. O sucesso da nossa ação passa por compreender a importância fundamental da educação como nossa grande aliada nesta intervenção. Nela reside o poder de operar a mudança de atitudes e a alteração de comportamentos das novas gerações. O importante papel da prevenção que deve envolver todos e principalmente os jovens, pois são eles os futuros cidadãos e os futuros líderes mundiais, é central

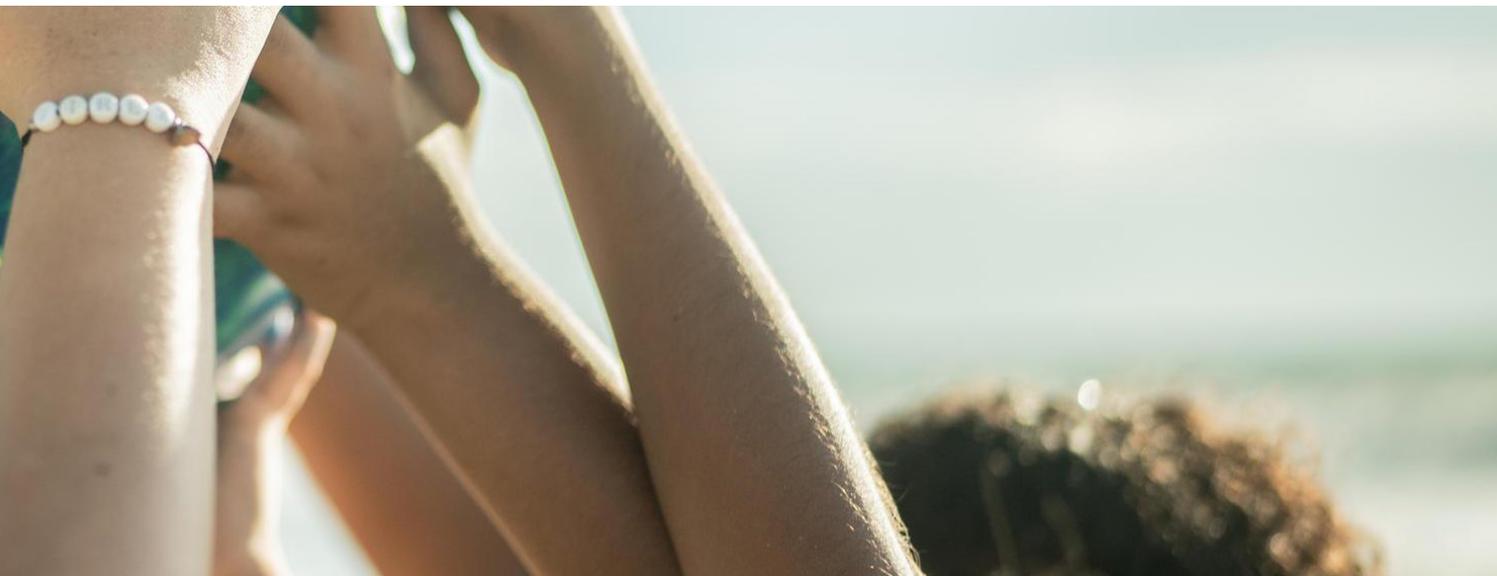
na nossa Visão e Missão.

Foi com este foco que o AEPAL decidiu integrar o programa “RedEscolas AntiCorrupção” – escolas que inspiram uma cultura de integridade, da *All4Integrity*. Em 2024, recebemos desta associação cívica o Selo Ouro. Também neste âmbito, são dinamizadas diversificadas ações, ao longo do ano letivo, cruzando a comunicação e o desenvolvimento do comprometimento com a comunidade.

É importante não perdermos de vista que a Lei de Bases do Sistema Educativo Português, na definição do seu âmbito e dos seus princípios (art.º 1.º), determina que o Sistema Educativo é “o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, 1986).

Concretizando, no art.º 2.º, que “a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” (*ibidem*).

No seu seguimento, em 2017, é publicado “O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirmando-se “como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas. Este perfil constitui-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível



curricular, no planejamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem” (ME/DGE, p. 2).

No seu prefácio, podemos ler que, “perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autônomas e responsáveis e cidadãos ativos” (*ibidem*, p. 5).

Exatamente no centro do Esquema Contextual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (*ibidem*, p. 12), está a “Cidadania e Participação”, o que revela da centralidade deste valor, entendido como “demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor” (*ibidem*, p. 17). Por outro lado, é também definido um outro valor colateral, que é a liberdade, aqui entendida como “manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum” (*ibidem*).

É neste quadro que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória indica, como descritor operativo, relativo ao “bem-estar, saúde e ambiente”, esperan-

do-se que, à saída da Escolaridade Obrigatória, “os alunos fazem escolhas que contribuam para a sua segurança e a das comunidades onde estão inseridos. Estão conscientes da importância da construção de um futuro sustentável e envolvem-se em projetos de cidadania ativa” (*ibidem*, p. 27).

Acresce que, no que diz respeito ao âmbito das “competências associadas a Saber científico, técnico e tecnológico”, é referido implicar que “os alunos sejam capazes de compreender processos e fenómenos científicos que permitam a tomada de decisão e a participação em fóruns de cidadania” (*ibidem*, p. 29).

Sentindo-nos alinhados com os princípios norteadores do Sistema Educativo, quer com a Lei de Bases quer com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e outros normativos, seguimos altamente focados no desenvolvimento da estratégia definida no Projeto Educativo. Por estas razões, sentimos que este é, não só, um documento congregador, como claramente identificador da direção que queremos seguir. Afinal de contas, parafraseando o nosso colega professor, Lewis Carroll, num dos seus mais famosos livros, *Alice no País das Maravilhas*, para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve. ■



CORPO

- Aulas de yoga semanais
- Sessões individuais de yogaterapia
- Sessões de treino respiratório



MENTE

- Eventos mensais temáticos (palestras, entrevistas, workshops, notícias, sessões teóricas)



ALMA

- Sessões de meditação semanais (TranquilaMENTE)



**Aulas online por ZOOM
ou presenciais em Santarém**

Local: Shala de Yoga,
Praceta Augusto Brás Ruivo N° 10,
2005-175 Santarém

**Saiba mais em
www.assp.pt/pt/holistica**

ASSP ASSOCIAÇÃO DE TODOS OS PROFESSORES



CFAMM - Centro de Formação ASSP

Formação Contínua para Professores

- | 50% de desconto nas Ações
- | Ações de Formação Creditadas
- | Diversidade de Ações/Cursos



Nas Residências ASSP sinto-me em Casa

- | Sem preocupações domésticas
- | Convívio entre colegas
- | Cuidados 24h

No apoio ao estudo ASSP melhorei o meu aproveitamento escolar

- | Atividades Diversas
- | Apoio ao Estudo
- | Eficácia de Resultados
- | Maior Aproveitamento



ASSP Seguros para toda a família

- | Apólice de Grupo
- | Preços Económicos
- | A possibilidade de agregar familiares



Os Associados podem contar com o Gabinete Jurídico da ASSP

- | Assuntos sobre a Carreira
- | Assuntos Pessoais



Descontos e outras vantagens, as quais, permitirão poupar o valor das quotas

- | Farmácia
- | Papelaria
- | Clínicas
- | Alojamento e Turismo

Artigo

**Nuno Marçal**

Bibliotecário-Ambulante

Bibliotecas Úteis, Próximas e Humanas

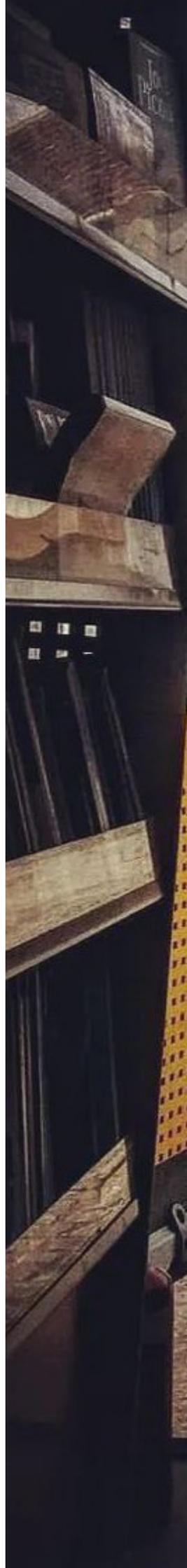
Biblioteca. O que é uma Biblioteca? Pergunta mil vezes colocada e respondida, milhares de vezes interpretada e compreendida (ou não!), muitas vezes idealizada e imaginada, outras tantas vezes concretizada (talvez!).

O desafio da existência e sobrevivência das Bibliotecas nunca como agora foi discutido. Num tempo de rápidas mudanças questiona-se a sua identidade, a sua utilidade e a sua relevância. Os profissionais que todos os dias teorizam e fazem acontecer esta instituição milenar, têm agora a possibilidade para aproveitar e não diabolizar, estas novas oportunidades que a velocidade do tempo trouxe a campos tão diversos como a produção de informação e a transformação do conhecimento.

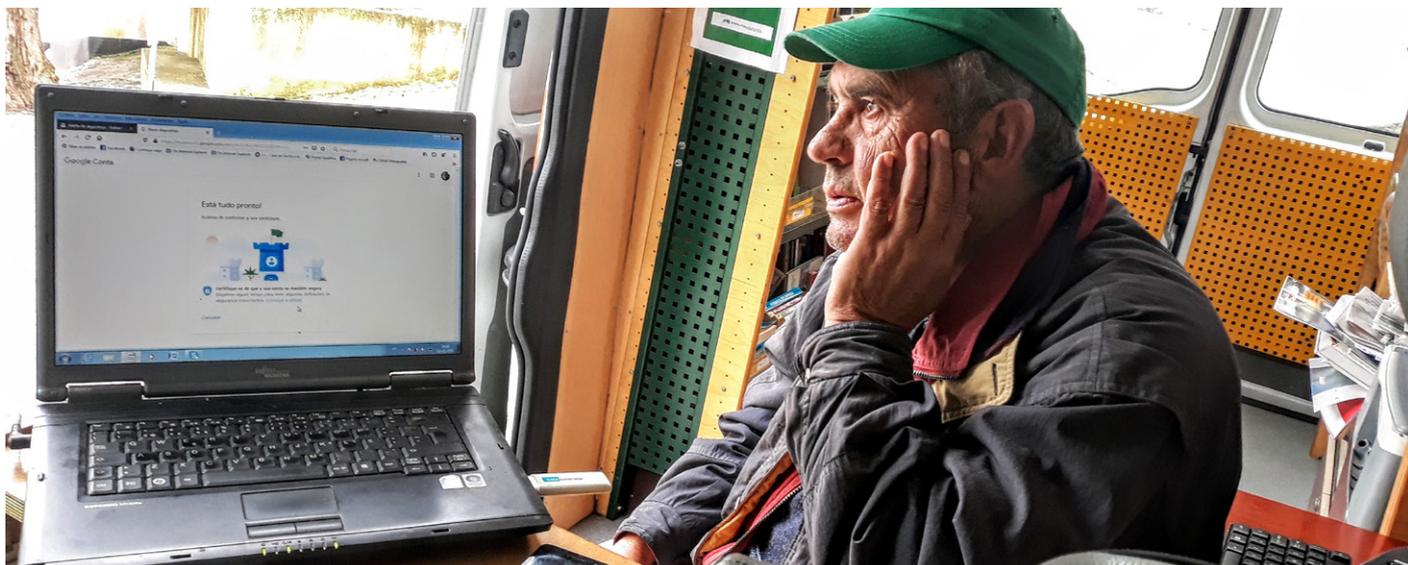
A diversidade de oferta e a humanização dos serviços podem trazer nova-

mente a Biblioteca ao centro da vivência comunitária, localização talvez não perdida, mas com alguma acentuada perda de importância. Este palco pode e deve ser novamente ocupado, para isso basta estar atento. Atento não só ao peso institucional que tivemos, à aura mágica que temos, ao poder simbólico que representamos, mas antes às reais e efectivas necessidades, daqueles que todos os dias procuram os “produtos”, sensações e emoções que oferecemos.

A ONU lançou em 2015, numa conferência realizada em Nova Iorque aqueles que são hoje conhecidos como os “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Estas medidas representam um guia para as mais diversas instituições locais e globais dirigirem o seu raio de acção para um crescimento social, humano, económico e ambiental harmonioso e sustentável.







Este será, é sem dúvida, um palco ao qual as Bibliotecas não podem faltar, assumindo um importante compromisso de reflexão e execução de actividades e serviços, com vista a alcançar estes objectivos ambiciosamente traçados.

Esse compromisso visa não apenas um objectivo global de desenvolvimento sustentado do planeta, mas pode ser um marco importante na conquista de um novo papel das Bibliotecas na sociedade e nas comunidades das quais dependem.

As Bibliotecas podem fazer acontecer a Diferença!

As Bibliotecas dão muito em troca de quase nada!

As Bibliotecas são e querem ser Abrigos de Todos e para Todos!

Vivam as Bibliotecas Vivas!

Os caminhos do fazer acontecer Biblioteca Pública sobre rodas levaram-me a repensar muito, e a imaginar outro tanto, a essência do que é e pode ser uma Biblioteca.

Esse constante questionamento levou-me por trilhos nem sempre consensuais, mas para mim tornou-se claro e evidente, obviamente contaminado pela minha

realidade funcional, que o mais importante nas Bibliotecas não são os Livros, não é Apenas e Só a Leitura.

O mais importante são as Pessoas, não são os Leitores são Todas as Pessoas.

Os que sabem, os que não sabem, os que não podem, os que não querem, os que não gostam de Ler. Todas!

Por isso Vamos, Estamos e Damos Biblioteca que vai muito para além dessas habituais ideias e chavões (muitas vezes limitadoras e redutoras) ligadas às Bibliotecas.

Uma “cunbersa”, uma informação, um afago, um abraço, um sorriso, um desbloqueador burocrático, um ensinamento tantas vezes partilhado mutuamente e sim um livro e uma revista também. Enfim....tanto por tão pouco e ir onde poucos vão, podem parecer frases feitas mas este é o ADN das Bibliotecas e em particular das máquinas infernais de ir e levar Biblioteca.

Sou um privilegiado por poder ir, estar e escutar estas Pessoas.

Adoro livros e leituras mas Adoro ainda mais as Pessoas, todas as Pessoas!

“A diversidade de oferta e a humanização dos serviços pode trazer novamente a Biblioteca ao centro da vivência comunitária, localização talvez não perdida, mas com acentuada perda de importância. Este palco pode e deve ser novamente ocupado, para isso basta estar atento”



O Município de Proença-a-Nova, em parceria com a Santa Casa de Misericórdia da Sobreira Formosa, decidiram apresentar um projecto ao programa Progride, do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, programa vocacionado para o combate à pobreza e exclusão social, referenciado no Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005. Nesse projecto estavam incluídos dois veículos, a Bibliomóvel e a Unidade Móvel de Saúde.

Após a aquisição e transformação do veículo, a constitui-

ção, organização e tratamento do acervo inicial, a Bibliomóvel estava pronta para o início das suas andanças por terras e gentes de Proença-a-Nova.

A viagem inaugural deu-se no dia 26 de Junho de 2006, com um percurso inicial de 22 aldeias, 3 escolas primárias e 3 jardins-de-infância. De acordo com os interesses das populações ou devido ao encerramento de estabelecimentos de ensino, os percursos da Bibliomóvel foram sendo moldados consoante a realidade quotidiana, até chegarmos ao actual percurso de 45 aldeias.



“Após a aquisição e transformação do veículo, a consituição, organização e tratamento do acervo inicial, a Bibliomóvel estava pronta para o início das suas andanças por terras e gentes de Proença-a-Nova. A viagem inaugural deu-se no dia 26 de Junho de 2006, com um percurso inicial de 22 aldeias, 5 escolas primárias e 5 jardins de infância”

O ano de 2013 marca o surgimento de novos conteúdos funcionais, acrescentados aos já existentes no portfólio de serviços prestados à Comunidade de Proença-a-Nova.

O Posto Móvel de Atendimento do Município surge na vontade de aproximar os serviços disponibilizados no Balcão Único do Município às populações mais distantes e dispersas do concelho. Esses serviços prestados passam pela entrega de requerimentos e formulários on-line: <https://servicosonline.cm-proencanova.pt/>

nas áreas da Acção Social e Educação (bolsas de estudo), Água e Saneamento (limpeza de fossas, mudança de contadores da água) e Protecção Civil (autorização de queimadas).

O Terminal Portátil de Multibanco aparece com a contratação de um serviço bancário que permite efectuar pagamentos diversos (água, luz, telefone, carregamento de telemóveis, etc). A conjugação destas duas novas utilidades libertou as populações de deslocações a sede de concelho.

A constituição de parcerias é a assunção que em conjunto pode-se fazer mais, melhor e ir mais longe. Imbuídos neste espírito de partilha de recursos a Bibliomóvel de Proença-a-No-

va juntou-se com a Unidade Móvel de Saúde e com recurso ao seu técnico, que acompanha as andanças nas suas rotas habituais, efectua rastreios de saúde básicos como a medição da tensão arterial, colesterol e glicémias.

A Bibliomóvel de Proença-a-Nova tenta fazer acontecer uma Biblioteca Pública sobre rodas que seja Próxima, que seja Cúmplice mas acima de tudo que seja Útil.

Acreditamos que só assim podemos estar disponíveis para tentar fazer a diferença entre aqueles que todos os dias nos procuram e usam aquilo que levamos e damos: Uma Biblioteca feita de Pessoas, com Pessoas e para Pessoas!

Os anos da pandemia foram anos desafiantes, entre a vontade de ir e fazer acontecer Biblioteca útil e próxima para as pessoas levou-nos a pensar e idealizar o que podíamos fazer mais e melhor para servir as nossas populações. Dentro das regras de segurança estivemos sempre presentes no quotidiano das comunidades quer levando livros e leituras, compras de supermercado, medicamentos ou simplesmente informação fidedigna sobre o Covid 19, entrecortado com dois dedos de conversa.



Ao longo destes 18 anos de andanças por terras e gentes de Proença-a-Nova, a Bibliomóvel e os seus recursos humanos, bibliográficos e sentimentais foram-se entranhando na paisagem e no quotidiano dos seus utilizadores/visitantes/Amigos, apostando e baseando os seus serviços em valores como a Proximidade, a Periodicidade, a Cumplicidade e a Amizade, que constituem a imagem de marca não só da Bibliomóvel de Proença-a-Nova, mas de todos os serviços itinerantes de biblioteca.

Esta busca incessante de novos utilizadores fora das ameias, por vezes demasiado elevadas das bibliotecas comuns, são um desafio cada vez maior numa sociedade em cons-

tante movimento e com utilizadores cada vez mais voláteis, importa não esquecer em épocas de crise, precisamente aqueles que estão ou foram ficando para trás no acesso a informação e na promoção e divulgação do Livro e da Leitura.

As Bibliotecas Itinerantes desenharam um traço importante, no esbater das desigualdades de acesso ao Livro e a Leitura, fruto do isolamento social e geográfico de algumas populações. Hoje, e com certeza no futuro, irão continuar o seu importante papel de aproximação e disponibilização de recursos bibliográficos, humanos e sentimentais, indo ao encontro dos seus utilizadores, visitantes e Amigos.



Alojamento Temporário e Turístico ASSP

- | Estadias Temporárias
- | Apartamento de Férias
- | Casa de Turismo Rural

**CASA
ALBARRAQUE
COSTA**

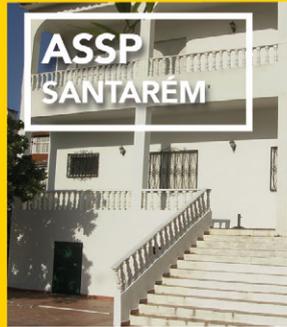


Lisboa

213 700 330
937 354 776

casaalbarraquecosta@assp.pt

**ASSP
SANTARÉM**



Santarém

243 322 212

d.santarem@assp.pt

**ASSP
PORTALEGRE**



Portalegre

245 331 612

d.portalegre@assp.pt

**ASSP
ALVOR**



Algarve

289 824 822

d.algarve@assp.pt

**CASA
DA
TORRE**



Paredes

255 963 538
931 736 357

casadatorre@assp.pt

**ASSP
MADEIRA**



Madeira

291 229 963

d.madeira@assp.pt